

## ***Impactos climáticos e soluções: Como as NDCs moldam o futuro de Moçambique***



[www.livaningo.co.mz](http://www.livaningo.co.mz)



[livaningo.ong@livaningo.co.mz](mailto:livaningo.ong@livaningo.co.mz)

## INTRODUÇÃO

As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) são instrumentos fundamentais no âmbito do Acordo de Paris, nos quais os países delineiam seus compromissos para combater as mudanças climáticas. Moçambique, apesar de contribuir com apenas 0,21% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE), é um dos países mais vulneráveis aos efeitos climáticos, com mais de 60% da população vivendo em zonas costeiras expostas a eventos extremos como ciclones, cheias e secas (Banco Mundial, 2023). A economia moçambicana, dependente da agricultura (24% do PIB), enfrenta muitos desafios para garantir a resiliência climática e o desenvolvimento sustentável.

Este artigo reflecte sobre os impactos das NDCs em Moçambique, analisando:

1. As vulnerabilidades climáticas do país.
2. Estratégias para construção de resiliência.
3. Projeções de emissões de GEE.
4. Contribuições do país para o Acordo de Paris.

## VULNERABILIDADES CLIMÁTICAS

Moçambique ocupa o quinto lugar no Índice de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas (WaterAid, 2022), devido a:

- Exposição a eventos extremos: Ciclones (como o Chido), cheias e secas persistentes.
- Fragilidade socioeconómica: 70% da população depende da agricultura de subsistência, e infraestruturas críticas (estradas, hospitais) estão em mau estado.
- Riscos costeiros: Subida do nível do mar e intrusão salina ameaçam cidades como Maputo e Beira.

As NDCs reconhecem esses riscos, mas as medidas de adaptação ainda são insuficientes para minimizar os impactos, especialmente nas comunidades rurais e periurbanas.

## CONSTRUÇÃO DA RESILIÊNCIA

Moçambique adoptou políticas como:

- Plano de Acção Nacional de Adaptação (NAP): Foco em sistemas de alerta precoce e integração climática no planeamento distrital.
- Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação (NCCAMS, 2012): Directrizes para reduzir riscos e promover tecnologias resilientes.
- NDC actualizada (2021): Inclui 16 áreas estratégicas, como saneamento resiliente e energias renováveis (Partnership, 2019).

### Desafios:

- Financiamento limitado (USD 37,2 mil milhões necessários até 2030, segundo o Banco Mundial).
- Falta de coordenação entre sectores e acesso à informação para actores locais.

### Recomendações:

- A Livangingo recomenda o Governo de Moçambique a integrar soluções inovadoras, como eco-saneamento (conversão de resíduos em energia e fertilizantes).
- O Governo deve priorizar investimentos em infraestruturas resilientes, especialmente em zonas costeiras.

## PROJECCÕES DE EMISSÕES DE GEE

- Em 2022, as emissões de CO<sup>2</sup> atingiram 10.030 KT, o maior valor histórico (Climate Watch, 2022).
- Metas da NDC: Reduzir 76,5 MtCO<sub>2</sub>eq até 2030, condicionadas ao apoio internacional.
- Gráficos de referência (MTA, 2024):
- Tendência de crescimento das emissões (Figura 1).
- Projecções de redução com implementação de energias renováveis (Figuras 2 e 3).

**Destaque:** O país precisa acelerar a transição energética, especialmente no sector de transportes e indústria.

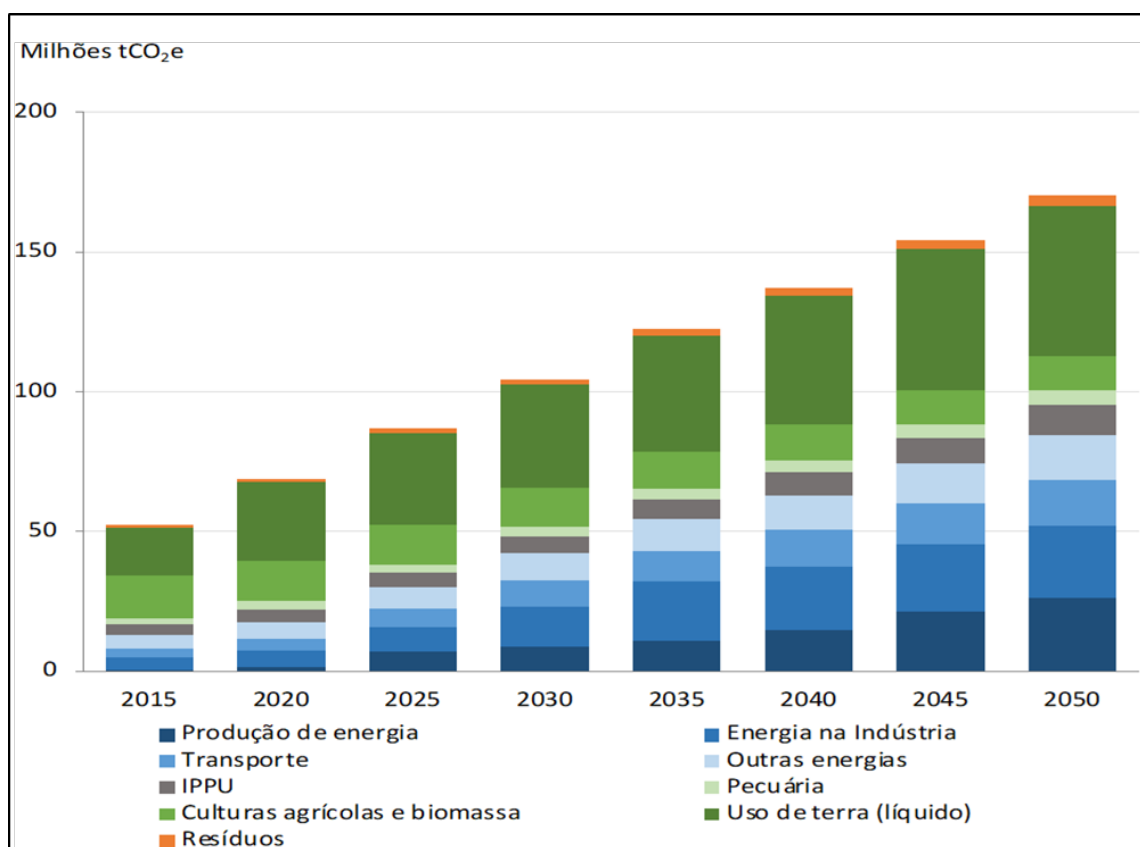


Figura 1 Projeções de emissões

Fonte: MTA -2024

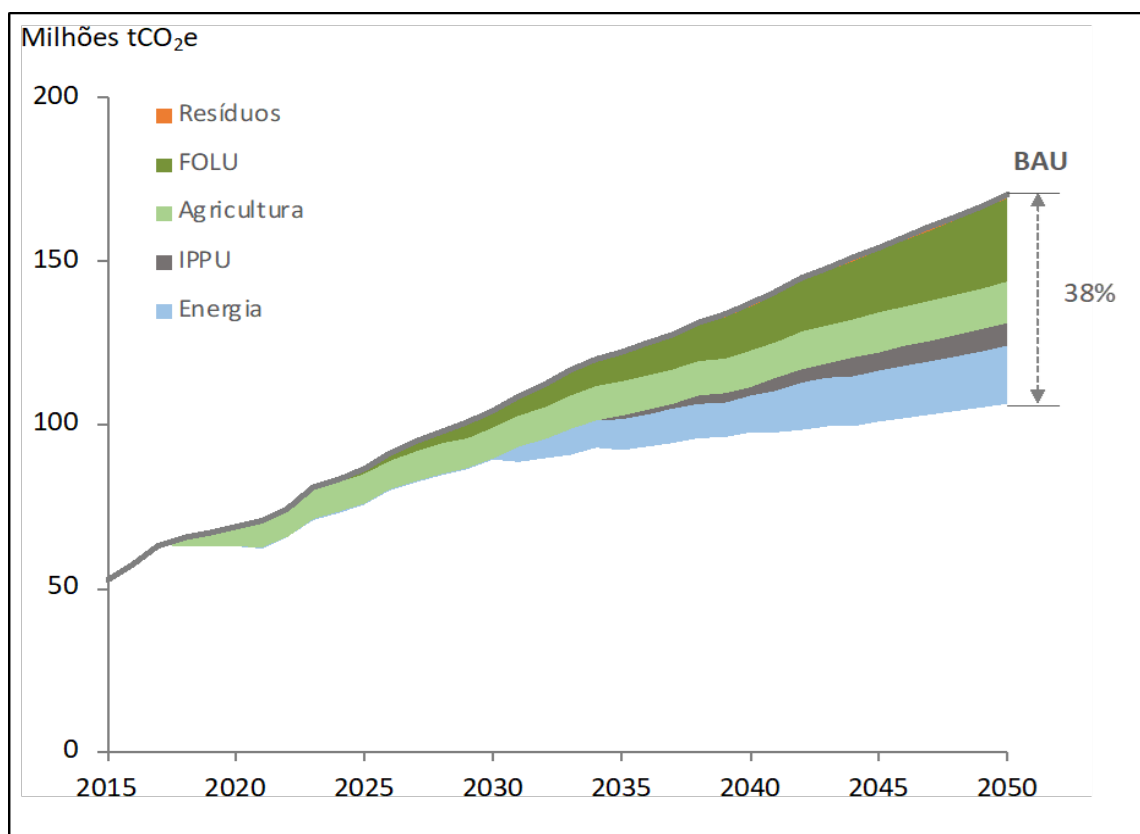


Figura 2 Projeções de redução de emissões

Fonte – MTA 2024

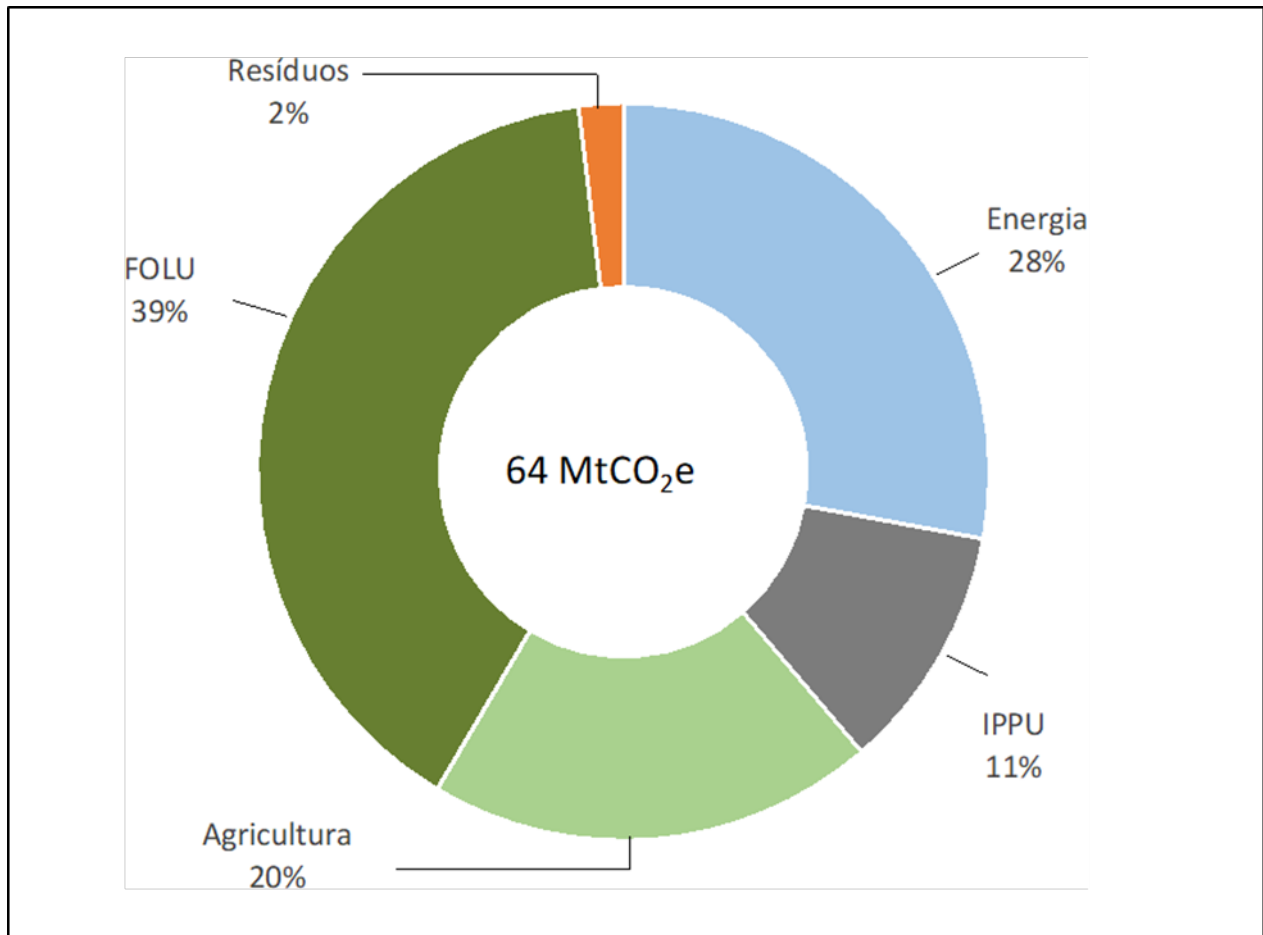


Figura 3 Projeções de redução de emissões

Fonte: MTA -2024

## CONTRIBUIÇÕES PARA O ACORDO DE PARIS

Moçambique comprometeu-se com:

- Mitigação: Expansão de energias renováveis (60 MW hídrica, 240 MW eólica, 259 MW solar) e eficiência energética.
- Adaptação: Reforço da agricultura resiliente, gestão hídrica e sistemas de saúde.

### Limitações:

- A Livangingo entende que, os resultados ainda incipientes devido a lacunas na implementação.
- Há dependência de financiamento externo para projectos de grande escala.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### Principais desafios:

1. Financiamento: Os custos são elevados para adaptação, estima-se USD 21,7 bilhões até 2025.
2. O Governo deve optar pela coerência política, alinhando os NDCs com planos sectoriais (como PRONASAR para água e saneamento).
3. Inclusão social: Envolver comunidades vulneráveis no planeamento climático.

### Recomendações estratégicas:

A Livaningo apela o Governo de Moçambique a priorizar acções concretas como o reflorestamento, redução do desmatamento e modernização do transporte público; Fortalecer parcerias, mobilizando recursos internacionais através da NDC Partnership; e a pautar por uma monitorização transparente como publicar relatórios anuais sobre progressos das NDCs.

Nota final: A implementação efectiva das NDCs exigirá não apenas compromisso político, mas também inovação tecnológica e participação comunitária. Moçambique tem a oportunidade de transformar desafios climáticos em alavancas para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Banco Mundial. (2023). Relatório sobre Clima e Desenvolvimento (CCDR) para Moçambique.
2. WaterAid. (2022). Impacto das Mudanças Climáticas no Saneamento em Moçambique.
3. NDC Partnership. (2019). Plano de Parceria para Implementação das NDCs em Moçambique. Disponível em: <https://ndcpartnership.org>.
4. Ministério da Terra e Ambiente (MTA). (2024). Projectões de Emissões de GEE em Moçambique.
5. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2018). Relatório Anual sobre Políticas Climáticas.



Parceiros:

